

Quadro Comparativo

Medida Provisória nº 1173/2023

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17/2023 (Aprovado na Comissão Mista)
	Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 , referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.	Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 , referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O Congresso Nacional decreta:
Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976	Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º As pessoas jurídicas poderão deduzir do lucro tributável, para fins de apuração do imposto sobre a renda, o dobro das despesas comprovadamente realizadas no período-base em programas de alimentação do trabalhador previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho e Previdência, na forma e de acordo com os limites dispostos no decreto que regulamenta esta Lei.		“Art. 1º.....
§ 4º As pessoas jurídicas beneficiárias não poderão exigir ou receber:		§ 4º
III - outras verbas e benefícios diretos ou indiretos de qualquer natureza não vinculados diretamente à promoção de saúde e segurança alimentar do trabalhador , no âmbito do contrato firmado com empresas emissoras de instrumentos de pagamento de auxílio-alimentação.		III - outras verbas e benefícios diretos ou indiretos de qualquer natureza [^] , no âmbito do contrato firmado com empresas emissoras de instrumentos de pagamento de auxílio-alimentação.” (NR)

 Texto alterado
 Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - Telefone: 3303-4050

(Elaboração: 14/08/2023 11:38)

Quadro Comparativo

Medida Provisória nº 1173/2023

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17/2023 (Aprovado na Comissão Mista)
Art. 1º-A. Os serviços de pagamentos de alimentação contratados para execução dos programas de alimentação de que trata esta Lei observarão o seguinte:	"Art. 1º-A	"Art. 1º-A
I - a operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto, devendo as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado permitir a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2023;	I - a operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto, devendo as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado permitir a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2024; e	I - a operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto;
		II - as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado devem permitir a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, até 1º de maio de 2024; ^
II - a portabilidade gratuita do serviço, mediante solicitação expressa do trabalhador, além de outras normas fixadas em decreto do Poder Executivo, a partir de 1º de maio de 2023;	II - a portabilidade dos serviços será gratuita e ocorrerá por meio de solicitação expressa do trabalhador, conforme o disposto em ato do Poder Executivo federal, a partir de 1º de maio de 2024;	III - A portabilidade dos serviços será gratuita e ocorrerá por meio de solicitação expressa do trabalhador, ^ a partir de 31 de dezembro de 2024.
		§ 1º As transações de pagamento necessárias ao cumprimento desta Lei integram o âmbito de regulação do Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB), nos termos da Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013.
		§ 2º Ato regulamentador do Poder Executivo federal disporá sobre as condições de operacionalização da interoperabilidade e da portabilidade, em consonância com a regulamentação do órgão competente.

 Texto alterado
 Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - Telefone: 3303-4050

(Elaboração: 14/08/2023 11:38)

Quadro Comparativo

Medida Provisória nº 1173/2023

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17/2023 (Aprovado na Comissão Mista)
		§ 3º Para fins de que trata o inc. III, os acordos ou convenções coletivas poderão vedar a portabilidade. ” (NR)
	Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.